

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO  
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE  
ÚNICA, DA CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

entre

Na qualidade de Emissora,

**CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Na qualidade de Agente Fiduciário,

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**

E, na qualidade de Fiadoras,

**ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
SERTÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
VENTOS DOS GUARÁS I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES  
PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.  
SERVINOVA S.L.**

16 de novembro de 2015



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

O presente "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.*" ("**Escritura de Emissão**") é celebrado nesta data pelas seguintes partes ("**Partes**"):

- I. Como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("**Debêntures**"):

**CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 17.613.629/0001-00, e na Junta Comercial do Estado do Paraná ("**JUCEPAR**") sob o NIRE n.º 413.000.858.46, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

- II. Como agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"):

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");

- III. Na qualidade de fiadoras:

**ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, Centro, CEP 80.430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.489.312/0001-27, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.790.64, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Atlantic**");

**COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 162, 16º andar, Centro, CEP 80.430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná,



inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.829.557/0001-47, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.910.21, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Complexo Morrinhos**")

**ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, 16º andar, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.512/0001-26, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.33, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Andorinha**");

**CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.280/0001-06, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.54, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Campo Formoso I**");

**MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.286/0001-83, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.62, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Morrinhos**");

**SERTÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.613.432/0001-70, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.858.71, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Sertão**")

**VENTOS DOS GUARÁS I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjuntos 161 e 162, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.344.343/0001-15, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.816.62, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Ventos dos Guarás**", e, em conjunto com a Andorinha, com a Campo Formoso I, com a Morrinhos e com a Sertão, "**SPEs Fiadoras**" e, em conjunto com Atlantic e Complexo Morrinhos, "**Fiadoras Grupo Atlantic**");

**ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM



n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, nos termos da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.686.879/0001-32 ("**FIP Actis**"), neste ato representado por seu administrador, nos termos de seu regulamento;

**PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 231, CEP 80430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.704.755/0001-27, e na JUCEPAR sob o NIRE n.º 413.000.774.44, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("**Pattac**");

**SERVINOGA S.L.**, sociedade limitada com sede na Avenida de Orense, 1-B, CIF n.º B36301109, na Cidade de Marín (Pontevedra), Espanha, inscrita no CNPJ/MF para fins de registro no Banco Central do Brasil sob o n.º 10.824.702/0001-43, neste ato, representada por seu diretor, Sr. Victor José Nogueira García, espanhol, casado, advogado, com DNI 50286912b, inscrito no CPF n.º 235.989.098-02, portador do Passaporte n.º AAE736096, com endereço comercial na Avenida de Orense, 1-B, em Marín, Pontevedra, Espanha ("**Servinoga**" e, em conjunto com a Pattac e o FIP Actis, "**Acionistas Atlantic**") (Acionistas Atlantic em conjunto com as Fiadoras Grupo Atlantic, "**Fiadoras**");

E será regido pelas seguintes cláusulas, termos e condições:

## **1 DAS AUTORIZAÇÕES**

**1.1** A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada nos seguintes atos societários:

- (i)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Emissora**"), na qual foram deliberadas **(a)** as condições da emissão objeto desta Escritura de Emissão ("**Emissão**"), conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), incluindo a outorga das Garantias (conforme definido na Cláusula 6.14 abaixo); **(b)** as condições da oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei de Valores Mobiliários**"), da Instrução CVM n.º 476, de



16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), e das demais disposições legais aplicáveis ("**Oferta**"); e **(c)** a autorização aos diretores da Emissora para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;

- (ii)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 9 de maio de 2014, registrada na JUCEPAR em 16 de maio de 2014, sob o n.º 20142325953, na qual foram deliberadas, dentre outros assuntos a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Aporte de Capital e Outras Avenças, por, entre outras partes, as Acionistas Atlantic, a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. ("**Casa dos Ventos**"), a Atlantic, o Agente Fiduciário, a Emissora e as SPEs Fiadoras ("**Contrato de Suporte de Acionistas**");
- (iii)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Andorinha realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Andorinha**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a outorga de Fiança Corporativa Grupo Atlantic (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); e **(b)** a autorização aos diretores da Campo Formoso II para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa Grupo Atlantic, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (iv)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Campo Formoso I realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Campo Formoso I**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a outorga de Fiança Corporativa Grupo Atlantic (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); e **(b)** a autorização aos diretores da Campo Formoso I para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa Grupo Atlantic, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (v)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Morrinhos realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Morrinhos**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a outorga de Fiança Corporativa



Grupo Atlantic (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); e **(b)** a autorização aos diretores da Morrinhos para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa Grupo Atlantic, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;

**(vi)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Sertão realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Sertão**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a outorga de Fiança Corporativa Grupo Atlantic (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); e **(b)** a autorização aos diretores da Sertão para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa Grupo Atlantic, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;

**(vii)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Ventos dos Guarás I realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Ventos dos Guarás I**" e, em conjunto com a AGE da Emissora, AGE da Campo Formoso I, AGE da Andorinha, AGE da Morrinhos e AGE da Sertão, "**Atas das SPes**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a outorga de Fiança Corporativa Grupo Atlantic (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); e **(b)** a autorização aos diretores da Ventos dos Guarás I para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à outorga da Fiança Corporativa Grupo Atlantic, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;

**(viii)** Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Complexo Morrinhos realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Complexo Morrinhos**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a outorga de Fiança Corporativa Grupo Atlantic (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); **(b)** a celebração do Aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas; e **(c)** a autorização aos diretores da Complexo Morrinhos para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;



- (ix) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Atlantic realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR ("**AGE da Atlantic**") e, em conjunto com a AGE da Complexo Morrinhos e as Atas das SPEs, "**Atas das Fiadoras Grupo Atlantic**"), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a outorga de Fiança Corporativa Grupo Atlantic (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); **(b)** a celebração do Aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas; e **(c)** a autorização aos diretores da Atlantic para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão;
- (x) Assembleia geral de cotistas do FIP Actis realizada em 16 de novembro de 2015, na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a assinatura desta Escritura de Emissão como interveniente-anuente; **(b)** a celebração do Aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas; **(c)** a outorga de Fiança Corporativa Acionistas (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); e **(d)** a autorização aos representantes do FIP Actis para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à outorga da Fiança Corporativa Acionistas, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão; e
- (xi) Reunião do Conselho de Administração da Pattac realizada em 16 de novembro de 2015, a ser registrada na JUCEPAR, na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, **(a)** a assinatura desta Escritura de Emissão como interveniente-anuente; **(b)** a celebração do Aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas; **(c)** a outorga de Fiança Corporativa Acionistas (conforme descrita na Cláusula 6.16 abaixo); e **(d)** a autorização aos diretores da Pattac para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à outorga da Fiança Corporativa Acionistas, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão.

## 2 DOS REQUISITOS

### 2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas em observância aos seguintes requisitos:





- (i) Dispensa de Registro na CVM. A Oferta está automaticamente dispensada do registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de que trata o caput do artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários;
- (ii) Registro na ANBIMA. A Oferta, por se realizar no âmbito da Instrução CVM 476 e sem a utilização de prospecto, deverá ser registrada perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") exclusivamente para fins de composição da base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, desde que expedidas as diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação até o encerramento da Oferta;
- (iii) Arquivamento e Publicação da Ata da AGE da Emissora. A ata da AGE da Emissora será devidamente arquivada na JUCEPAR e publicada (a) no "Diário Oficial do Estado do Paraná" e (b) em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora, de acordo com o inciso I do artigo 62 e com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) Arquivamento desta Escritura de Emissão. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPAR, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) Constituição das Garantias. Nos termos da Cláusula 6.15 abaixo, as Garantias serão formalizadas por meio dos Contratos de Garantia, conforme aditados, e serão constituídas mediante o registro dos Contratos de Garantia e da Escritura de Emissão e seus respectivos aditamentos nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes e, conforme o caso, mediante averbação da alienação fiduciária de ações no livro de registro de ações nominativas da Emissora, observado a Cláusula 6.15(i) abaixo;
- (vi) Registro do Aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas. O Aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas foi celebrado e





deverá ser registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das sedes das respectivas partes; e

**(vii) Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.** As Debêntures serão depositadas para **(a)** distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("**CETIP**"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e **(b)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

**2.1.1** A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEPAR, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de obtenção de referidos registros.

**2.1.2** Não obstante o disposto no item (vii) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 5.9 abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 de referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **3 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA.**

**3.1** De acordo com o artigo 3º de seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social a geração de energia elétrica, como produtor independente, mediante exploração específica do "*Parque Eólico Ventos da Campo Formoso II*", destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e, para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria e outros serviços relacionados à geração de energias alternativas, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade.



#### 4 DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

- 4.1** Os recursos captados mediante a colocação das Debêntures serão destinados à liquidação da integralidade da dívida decorrente da nota promissória e debêntures simples não conversíveis em ações emitidas pela Emissora, no valor total de principal de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais), cujos recursos foram investidos na construção do Projeto (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo).

#### 5 DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

- 5.1** Número da Emissão. A presente Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2** Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo ("**Valor Total da Emissão**").
- 5.3** Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 8.100 (oito mil e cem) Debêntures.
- 5.4** Séries. A Emissão será realizada em série única.
- 5.5** Escriturador. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Escriturador**").
- 5.6** Banco Liquidante. O banco liquidante da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Banco Liquidante**").
- 5.7** Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador, sob pena de ter descontado dos rendimentos das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



**5.8 Colocação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenadores**"), sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.*", celebrado entre a Emissora e os Coordenadores nesta data ("**Contrato de Distribuição**").

**5.8.1** A Oferta será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ("**Plano de Distribuição**").

**5.8.2** O Plano de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

**5.9 Investidores Profissionais e Investidores Qualificados.** Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("**Instrução CVM 539**" e "**Instrução CVM 554**", respectivamente) e para fins da Oferta, serão considerados:

**5.9.1 "Investidores Profissionais":** (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.



**5.9.2 "Investidores Qualificados":** (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

**5.9.3** Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

**5.9.4** A Emissão e a Oferta não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

**5.9.5** A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição descrito na Cláusula 5.8.1 acima.

**5.9.6** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável.

**5.10** Forma de Subscrição. As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição na forma do artigo 7-A da Instrução CVM 476, durante o prazo de colocação das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.



- 5.11** Prazo de Integralização. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

## **6 DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

- 6.1** Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.
- 6.2** Conversibilidade. As Debêntures serão simples e, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.3** Comprovação da Titularidade das Debêntures. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.4** Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.5** Data de Emissão das Debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 23 de novembro de 2015 ("**Data de Emissão**").
- 6.6** Prazo de Vigência e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de maio de 2016 ("**Data de Vencimento**").
- 6.7** Valor Nominal Unitário das Debêntures. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**").
- 6.8** Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.
- 6.9** Amortização. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento ("**Data de Amortização das Debêntures**").



**6.10 Remuneração das Debêntures.** Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Sobretaxa**" e, em conjunto com a Taxa DI, "**Remuneração**"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento.

**6.10.1** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

**J** = valor da Remuneração devida na Data de Vencimento, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**Fator Juros** = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

**FatorDI** = Produtório das Taxas DI desde a Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

- n** = Número total de Taxas DI consideradas desde a Data de Emissão, sendo "n" um número inteiro.
- TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

- K** = Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n"
- DI<sub>k</sub>** = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

Onde:





**Spread** = 4,0000;

**DP** = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão  $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$  deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

**6.10.2 Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.** Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última taxa  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa  $DI_k$  que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa  $DI_k$  for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.10.3 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

**6.10.3 Indisponibilidade da Taxa DI.** Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa  $DI_k$  por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa  $DI_k$  às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos acima referido ou da data de extinção da taxa  $DI_k$  ou de impossibilidade de aplicação da taxa  $DI_k$  por imposição legal ou



determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (nos termos previstos nas Cláusulas 6.10.4 e 6.10.5 abaixo) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época.

**6.10.4** No caso de inexistir substituto legal para a taxa DI<sub>k</sub>, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados na Cláusula 9 abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O índice a ser proposto pela Emissora deverá ser, preferencialmente, aquele que adotar a unidade de coleta mais semelhante àquela da taxa DI<sub>k</sub> ("**Taxa Substitutiva Similar**"). Na ausência ou impossibilidade de definição do novo índice conforme esse critério deverá ser proposto aquele que refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva de Mercado**" e, em conjunto com a Taxa Substitutiva Similar, a "**Taxa Substitutiva**").

**6.10.5** A Assembleia Geral de Debenturistas que deliberará sobre a Taxa Substitutiva deverá ser convocada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da taxa DI<sub>k</sub>, o que ocorrer primeiro.

**6.10.6** Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI<sub>k</sub> divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a taxa DI<sub>k</sub> volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DI<sub>k</sub>, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI<sub>k</sub> os termos aqui previstos, a última taxa DI<sub>k</sub> divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.



**6.10.7** Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva amortização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data da efetiva amortização, caso em que a taxa DI<sub>k</sub> a ser utilizada para a apuração de TDI<sub>k</sub> no cálculo da Remuneração será a última taxa DI<sub>k</sub> disponível.

**6.11** Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração será paga integralmente na Data de Vencimento ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.18.1 abaixo), ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório e/ou Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão ("**Data de Pagamento da Remuneração**"). Farão jus aos pagamentos devidos aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

**6.12** Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária Obrigatória. Além das hipóteses descritas nas Cláusulas 6.10.3 acima e 6.18.5 abaixo, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado total ou a amortização extraordinária parcial limitada a 98% do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário obrigatória das Debêntures, conforme o caso ("**Resgate Antecipado Obrigatório**" e "**Amortização Extraordinária Obrigatória**", respectivamente) no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência de qualquer desembolso de recursos decorrentes de financiamento contratado pela Emissora, com prazo igual ou superior a 8 (oito) anos, para investimento na construção da central geradora eólica objeto do Leilão n.º 7/2011 - Processo n.º 48500.004335/2011-53, ocorrido em 20 de dezembro de 2011, composta por 15 (quinze) unidades geradoras de 2MW (dois megawatts) cada, totalizando uma capacidade instalada de 30MW (trinta megawatts) ("**Projeto**" e "**Financiamento de Longo Prazo**", respectivamente), com exceção de parcela dos recursos do primeiro desembolso no âmbito do Financiamento de Longo Prazo, no montante total de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), que será utilizado pela Emissora e pelas SPEs Fiadoras para pagamento de seus fornecedores ("**Montante para Pagamento de Fornecedores**").



**6.12.1** Em cada data de desembolso do Financiamento de Longo Prazo deverá ser resgatado a totalidade das Debêntures, no caso de Resgate Antecipado Obrigatório ou, caso os recursos não sejam suficientes para o Resgate Antecipado Obrigatório, amortizado um percentual do Valor Nominal Unitário de Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, no caso de Amortização Extraordinária Obrigatória, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, em montante correspondente a, no mínimo, a totalidade dos valores recebidos pela Emissora no respectivo desembolso do Financiamento de Longo Prazo. O valor do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitários ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório ou da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória ("**Valor do Resgate Antecipado**" e "**Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória**", respectivamente), observado que, nesta hipótese, não haverá incidência de prêmio de resgate ou prêmio de amortização.

**6.12.2** A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório uma vez recebidos recursos oriundos do Financiamento de Longo Prazo em montante suficiente para realizar o resgate total das Debêntures, após o Montante para Pagamento de Fornecedores.

**6.12.3** O Resgate Antecipado Obrigatório total descrito na Cláusula 6.12.1 acima será realizado segundo procedimento da CETIP.

**6.12.4** A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

**6.12.5** As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

**6.12.6** Para fins desta Cláusula 6.12, o comunicado de resgate ou amortização a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 0 abaixo, com 10 (dez) dias de antecedência, deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, incluindo necessariamente: **(i)** a respectiva data de Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso; **(ii)** a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das



Debêntures será acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso; **(iii)** o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso; e **(iv)** quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso (**"Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório"** ou **"Amortização Extraordinária Obrigatória"**, respectivamente).

**6.13 Repactuação Programada.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

**6.14 Suporte de Acionistas.** Será celebrado o 6º (sexto) aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas, por meio do qual as Acionistas Atlantic assumem, de forma irrevogável e irretratável, até o término da vigência do Contrato de Suporte de Acionistas, a obrigação de aportar recursos adicionais no Projeto, conforme a ser disposto no referido aditamento.

**6.15 Garantias Reais a Serem Eventualmente Constituídas.** A Emissora deverá praticar todos os atos necessários para cumprimento das condições precedentes para primeira utilização do Financiamento de Longo Prazo até o prazo máximo de 90 (noventa) dias da Data de Emissão. Caso, por qualquer motivo, os instrumentos de garantia no âmbito do Financiamento do Longo Prazo não tenham sido celebrados e estejam válidos e em vigor após o prazo de 90 (noventa) dias da Data de Emissão, a Emissora deverá fazer com que sejam celebradas, em prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, as seguintes garantias, para cobertura de todas as Obrigações Garantidas (em conjunto com as Fianças Corporativas Grupo Atlantic e com as Fianças Corporativas Acionistas, conforme definidas na Cláusula 6.16 abaixo e 6.17 abaixo, as **"Garantias"**):

- (i)** alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas no capital social da Emissora, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos,



grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora, bônus de subscrição, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade dos acionistas no capital da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão do cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, em termos equivalentes ao "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado pela Emissora, entre outras partes, em 15 de setembro de 2014 para garantia de emissões de notas promissórias e debêntures anteriores da Emissora e das SPEs Fiadoras, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**");

- (ii) alienação fiduciária dos equipamentos utilizados no Projeto, em termos equivalentes ao "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças*", celebrado pela Emissora, entre outras partes, em 15 de setembro de 2014 para garantia de emissões de notas promissórias e debêntures anteriores da Emissora e das SPEs Fiadoras, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos**");
- (iii) cessão fiduciária (a) dos direitos creditórios relacionados ao Contrato de Suporte de Acionistas, incluindo a conta vinculada lá descrita; (b) os direitos relacionados aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR; (c) os direitos emergentes das apólices de seguro da Atlantic e da Complexo Morrinhos; e (d) demais direitos emergentes das garantias da Atlantic e da Complexo Morrinhos em termos equivalentes ao "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças*" celebrado pela Atlantic em 15 de setembro, com a participação da Complexo Morrinhos a partir de aditamento em 12 de maio de 2015, para garantia de emissões de notas promissórias e debêntures anteriores da Emissora e das SPEs Fiadoras, na qualidade de cedentes, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic**");





- (iv) cessão fiduciária dos direitos emergentes das apólices de seguro do Consórcio Morrinhos, em termos equivalentes ao "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças*" celebrado pelo Consórcio Morrinhos ("**Consórcio Morrinhos**") em 15 de setembro de 2014 para garantia de emissões de notas promissórias e debêntures anteriores da Emissora e das SPEs Fiadoras, na qualidade de cedente e conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Cessão Fiduciária do Consórcio**") e
- (v) cessão fiduciária de direitos detidos pela Emissora, o que inclui: (a) os direitos emergentes da Portaria n.º 493, de 5 de setembro de 2012 ("**Portaria n.º 493**") e da Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.872, de 7 de outubro de 2014 ("**Resolução n.º 4.872**", e em conjunto com Portaria n.º 498, "**Autorização ANEEL**"), incluindo quaisquer autorizações e/ou licenças emitidas em substituição ou complementarmente a referida resolução; (b) os direitos relacionados aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR; (c) os direitos relacionados às contas vinculadas à Emissão; (d) os direitos creditórios relacionados ao Contrato de Suporte de Acionistas, incluindo as contas vinculadas lá descritas; (e) direitos emergentes das apólices de seguro de titularidade da Emissora; (f) os direitos emergentes de titularidade da Emissora das garantias do Projeto; (g) todos os direitos e créditos, atuais e futuros, de titularidade da Emissora, em decorrência das contas do Projeto, incluindo, mas não se limitando as contas vinculadas nas quais serão desembolsadas os recursos do Contrato de Suporte de Acionistas; (h) todos os direitos de crédito, atuais e futuros da Emissora, referentes a recursos que sobejarem após a venda de qualquer bem alienado ou excussão de quaisquer garantias, inclusive dos ativos da Emissora, em termos equivalentes ao "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças*" celebrado pela Emissora na qualidade de cedente em 15 de setembro de 2014 para garantia de emissões de notas promissórias e debêntures anteriores da Emissora e das SPEs Fiadoras, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora**" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, o Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic e o Contrato de Cessão Fiduciária da Casa dos Ventos, os "**Contratos de Garantia**").





**6.15.2** A Emissora outorga procuração, na forma do Anexo I desta Escritura, para permitir ao Agente Fiduciário constituir, caso as SPES Fiadoras, Consórcio Morrinhos e Complexo Morrinhos não o façam, em 1º grau, as Garantias, nos termos desta Escritura;

**6.15.3** Os Contratos de Garantia, caso venham a ser celebrados, serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos respectivos instrumentos. Após o registro dos Contratos de Garantia, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data de seu recebimento.

**6.15.4** A alienação fiduciária sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente deverá, caso venha a ser celebrada, ser averbada no livro de registro de ações da Emissora na mesma data da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

**6.15.5** Caso os Contratos de Garantia venham a ser celebrados, **(i)** esta Escritura de Emissão deverá ser aditada, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, com a finalidade de incluir as Garantias e alterar a espécie das Debêntures para com garantia real; e **(ii)** as Garantias deverão ser compartilhadas com **(a)** os titulares das debêntures da 3ª emissão de debêntures da Morrinhos; **(b)** os titulares das debêntures da 3ª emissão de debêntures da Andorinha; **(c)** os titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures da Campo Formoso I; **(d)** os titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures da Sertão; e **(e)** os titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures da Ventos dos Guarás

**6.15.6** O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, às expensas da Emissora e em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover o registro dos Contratos de Garantia caso a Emissora não o faça nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia. O eventual registro dos Contratos de Garantia efetuados pelo Agente Fiduciário não isenta o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Cláusula 6.18.1(i) abaixo.

**6.16** Fiança Corporativa Grupo Atlantic. Por meio desta Escritura de Emissão, cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic presta fiança aos Debenturistas, em caráter não solidário entre si, declarando-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, principal pagadora e fiadora de toda e qualquer obrigação



decorrente da Emissão e/ou da Oferta ("**Obrigações Garantidas**") ("**Fiança Corporativa Grupo Atlantic**").

**6.16.1** Cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic se obriga, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar as Obrigações Garantidas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras Grupo Atlantic fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

**6.16.2** Cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**"). Todos e quaisquer pagamentos realizados por qualquer uma das Fiadoras Grupo Atlantic em relação à Fiança Corporativa Grupo Atlantic ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Fiadoras Grupo Atlantic pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre os pagamentos aqui previstos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

**6.16.3** Cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

**6.16.4** As Fiadoras Grupo Atlantic sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança Corporativa Grupo Atlantic. Na hipótese de sub-rogação prevista



nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

**6.16.5** Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras Grupo Atlantic com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

**6.16.6** Cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança Corporativa Grupo Atlantic depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

**6.16.7** Uma vez vencidas as Debêntures e não pagas pela Emissora, ou caso as Debêntures sejam declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis nos termos da Cláusula 6.18 abaixo, a Fiança Corporativa Grupo Atlantic poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

**6.16.8** A prestação da Fiança Corporativa Grupo Atlantic foi devidamente aprovada pelas Atas das Fiadoras Grupo Atlantic.

**6.16.9** Em virtude da Fiança Corporativa Grupo Atlantic prestada pelas Fiadoras Grupo Atlantic em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão deverá ser apresentada para registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e de cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic, em até 2 (dois) dias corridos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão. Após o registro da Escritura de Emissão, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante de registro no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, bem como 1 (uma) via original da Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário, tempestivamente após seu respectivo registro.

**6.17** Fiança Corporativa Acionistas. Por meio desta Escritura de Emissão, cada uma das Acionistas em sua respectiva proporção da Participação Societária das Acionistas (conforme abaixo definida), presta fiança aos Debenturistas, em caráter não solidário entre si, declarando-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, principal pagadora e fiadora das Obrigações Garantidas ("**Fiança Corporativa Acionistas**").



**6.17.1** Para fins desta Cláusula 6.18, "**Participação Societária das Acionistas**" significa: **(i)** para o FIP Actis, 68% (sessenta e oito por cento); **(ii)** para a Pattac, 19,2% (dezenove inteiros e dois décimos por cento); e **(iii)** para a Servinoga, 12,8% (doze inteiros e oito décimos por cento).

**6.17.2** Cada uma das Acionistas se obriga, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar as Obrigações Garantidas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pelas Acionistas fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

**6.17.3** Cada uma das Acionistas, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**"). Todos e quaisquer pagamentos realizados por qualquer uma das Acionistas em relação à Fiança Corporativa Acionistas ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Acionistas pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre os pagamentos aqui previstos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

**6.17.4** Cada uma das Acionistas desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.



**6.17.5** As Acionistas sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança Corporativa Acionistas. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

**6.17.6** Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Acionistas com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

**6.17.7** Cada uma das Acionistas concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança Corporativa Acionistas depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

**6.17.8** Uma vez vencidas as Debêntures e não pagas pela Emissora, ou caso as Debêntures sejam declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis nos termos da Cláusula 6.18 abaixo, a Fiança Corporativa Acionistas poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

**6.17.9** A prestação da Fiança Corporativa Acionistas foi devidamente aprovada pelas Acionistas.

**6.17.10** Em virtude da Fiança Corporativa Acionistas prestada pelas Acionistas em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão deverá ser apresentada para registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, Estado do Paraná, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, em até 2 (dois) dias corridos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão. Após o registro da Escritura de Emissão, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante de registro no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, bem como 1 (uma) via original da Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário, tempestivamente após seu respectivo registro.

**6.18** Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta



Escritura de Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.19 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("**Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático**"):

- (i) descumprimento, pela Emissora ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, caso venham a ser celebrados;
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente do Contrato de Suporte de Acionistas por qualquer uma de suas partes, observados os prazos previstos em referido instrumento;
- (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras e não devidamente elidido no prazo legal;
- (iv) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras;
- (v) se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial de referido plano; ou se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou se a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, por qualquer motivo, encerrar suas atividades;
- (vi) intervenção, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras;
- (vii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia autorização dos Debenturistas;





- (viii)** descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão e da Oferta, conforme estabelecido na Cláusula 4 acima;
- (ix)** existência de questionamento administrativo e/ou judicial pela Emissora ou por qualquer uma das Fiadoras, de qualquer dispositivo desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer Contratos de Garantia (conforme Contratos de Garantia que venham a ser celebrados);
- (x)** vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes das Debêntures, em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xi)** inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes das Debêntures, em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contado do inadimplemento, e desde que tais dívidas tenham sido assumidas com a concordância prévia e expressa dos Debenturistas;
- (xii)** vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita qualquer uma das SPEs Fiadoras, assim entendidas as dívidas contraídas por qualquer uma das SPEs Fiadoras por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xiii)** inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita qualquer uma das SPEs Fiadoras, assim entendidas as dívidas contraídas por qualquer uma das SPEs Fiadoras por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil





reais) (ou seu equivalente em outras moedas); não sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contado do inadimplemento;

- (xiv)** vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Complexo Morrinhos, assim entendidas as dívidas contraídas pelo Complexo Morrinhos por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xv)** inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Complexo Morrinhos, assim entendidas as dívidas contraídas pelo Complexo Morrinhos por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contado do inadimplemento
- (xvi)** vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Atlantic, assim entendidas as dívidas contraídas pela Atlantic por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xvii)** inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Atlantic, assim entendidas as dívidas contraídas pela Atlantic por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xviii)** redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;
- (xix)** cisão, fusão ou incorporação da Emissora, da Complexo Morrinhos e/ou das SPEs Fiadoras, exceto **(a)** por operações de cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária que não resultem em alteração do



controle, direto ou indireto, das sociedades objeto da reorganização societária; **(b)** se houver prévio consentimento de 75% (setenta e cinco) por cento das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para este fim; e **(c)** nos casos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

- (xx)** transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (xxi)** alteração do objeto social da Complexo Morrinhos, da Emissora e/ou de qualquer das SPEs Fiadoras sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- (xxii)** a não ocorrência de Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 6.12 acima;
- (xxiii)** caso a Emissora e/ou a Complexo Morrinhos contratem novos endividamentos, com exceção **(a)** de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; **(b)** do Financiamento de Longo Prazo ou conforme permitido nos instrumentos do Financiamento de Longo Prazo; e **(c)** de eventuais mútuos intercompany, desde que o direito de crédito contra a Emissora decorrente do referido mútuo, seja sempre subordinado aos direitos dos demais credores da Emissora e que tais mútuos não possam ser repagos (com relação a juros e/ou principal) antes do pagamento integral das Debêntures;
- (xxiv)** caso as SPEs Fiadoras contratem novos endividamentos, com exceção **(a)** de recursos recebidos de seus acionistas nos termos do Contrato de Suporte de Acionistas; **(b)** do Financiamento de Longo Prazo; e **(c)** de emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, no valor global de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a intermediação dos Coordenadores; e **(c)** de eventuais mútuos intercompany, desde que o direito de crédito contra as SPEs Fiadoras decorrente do referido mútuo, seja sempre subordinado aos direitos dos demais credores das SPEs Fiadoras e que tais mútuos não possam ser repagos (com relação a juros e/ou principal) antes do pagamento integral das Debêntures;

(xxv) alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto se houver anuência prévia dos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, das atuais participações societárias na Emissora, nas SPE Fiadoras ou na Atlantic ou realização de reorganização societárias destas empresas, exceto se tais alterações de participações societárias ou reorganizações societárias não impliquem alteração do controle, de forma direta ou indireta, de tais sociedades pelo FIP Actis, e desde que qualquer novo acionista que venha a ser titular de ações de emissão da Atlantic não ultrapasse uma participação de 10% no capital social de tal companhia;

(xxvi) venda de energia produzida no Projeto antes da liberação para operação comercial do Projeto, a ser feita nos termos do Artigo 5º da Resolução Normativa n.º 583 da ANEEL, de 22 de outubro de 2013, exceto se (a) for obtida a anuência prévia dos Debenturistas; e (b) haja aprovação do engenheiro independente atestando a viabilidade de referida venda; e

(xxvii) celebração pela Emissora de contrato de mútuo, na qualidade de mutuante, exceto se referido mútuo for concedido para uma das SPE Fiadoras ou para Complexo Morrinhos com o objetivo de realização do Projeto;

**6.18.1** O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.18.4 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("**Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático**") e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, "**Hipóteses de Vencimento Antecipado**");

- (i) descumprimento, pela Emissora, pelas Fiadoras, pelos Acionistas Atlantic, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, observados os prazos de cura específicos, se houver;
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Suporte de Acionistas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;



- (iii) comprovação de inveracidade, falsidade ou omissão de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia (conforme Contratos de Garantia que venham a ser celebrados);
- (iv) não renovação, cancelamento, revogação, encampação, caducidade ou extinção da Autorização ANEEL e ou de qualquer autorização e/ou licença emitida pela ANEEL em favor das SPEs Fiadoras, desde que não sanada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis;
- (v) desapropriação, confisco, arresto, sequestro, ou penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora, que, individualmente ou conjuntamente, em qualquer desses casos, representem um valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se a Emissora comprovar em até 15 (quinze) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;
- (vi) inobservância da Legislação Socioambiental, conforme (a) verificado por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença condenatória que seja exequível desde logo, ainda que não transitada em julgado, contra a Emissora em razão de tal inobservância; ou (b) pela inclusão da Emissora em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental;
- (vii) término, rescisão, cancelamento, troca ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial (a) (1) do Contrato de Fornecimento, Transporte, Montagem, Colocação em Operação e Teste de Aerogeradores (Empreitada Global), celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Gamesa Eólica Brasil Ltda. ("**Gamesa**") em 1º de abril de 2013 (conforme aditado de tempo em tempo, o "**Contrato de Fornecimento**"); (2) do Contrato de Manutenção de Aerogeradores, celebrado entre o Consórcio Morrinhos e a Gamesa em 1º de abril de 2013 (conforme aditado de tempo em tempo, o "**Contrato de Manutenção**"); (3) do Contrato de Fornecimento e Implementação das Obras Eletromecânicas do Empreendimento, a Preço Global, na Modalidade "Turnkey Lump Sum", celebrado entre o Consórcio



Morrinhos e a Alstom Grid Energia Ltda. em 28 de março de 2014 (conforme aditado de tempo em tempo, o "**Contrato de Implementação**" e, juntamente com o Contrato de Fornecimento e o Contrato de Manutenção, os "**Contratos de EPC**"); **(b)** dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão celebrados entre a ONS e a Emissora; e **(c)** quaisquer outros documentos, contratos ou acordos relacionados à obra civil, montagem eletro-mecânica e/ou necessários para a manutenção e operação do Projeto, existentes ou que venham a ser celebrados pela Emissora e/ou pela Atlantic que possa resultar em efeito material adverso relevante para as atividades da Emissora ou sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures, desde que não sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis;

- (viii)** caso as Garantias (conforme Contratos de Garantia que venham a ser celebrados) venham a se tornar inválidas, ineficazes inexequíveis ou insuficientes;
- (ix)** não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais da Emissora, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a Emissora comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção de referida licença, autorização ou alvará;
- (x)** protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do protesto **(a)** o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou **(b)** tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou **(c)** a Emissora tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;
- (xi)** protestos de títulos contra qualquer uma das SPEs Fiadoras, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado do protesto **(a)** o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou **(b)** tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou

**(c)** a SPE Fiadora em questão tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

**(xii)** protestos de títulos contra a Complexo Morrinhos, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do protesto **(a)** o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou **(b)** tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou **(c)** a Complexo Morrinhos tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

**(xiii)** protestos de títulos contra a Atlantic, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do protesto **(a)** o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou **(b)** tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou **(c)** a Atlantic tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;

**(xiv)** alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames ou garantias que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se **(a)** alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional", devidamente formalizado por meio de instrumento contratual) em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); **(b)** alienações ou onerações decorrentes de leis; **(c)** alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas na Autorização ANEEL; e/ou **(d)** as Garantias e garantias prestadas no âmbito do Financiamento de Longo Prazo;

**(xv)** não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);



- (xvi)** não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra qualquer uma das SPEs Fiadoras, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xvii)** não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Complexo Morrinhos, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xviii)** não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Atlantic, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (xix)** comprovação de que qualquer disposição desta Escritura de Emissão, das Garantias (conforme Contratos de Garantia que venham a ser celebrados), do Contrato de Suporte de Acionistas e/ou de qualquer outro documento relacionado a tal instrumento for revogado, rescindida, se tornar nula ou deixar de estar em pleno efeito e vigor;
- (xx)** a existência de sentença condenatória cuja execução não tenha sido sobrestada e seja passível de execução imediata, ainda que não transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, pela Atlantic, pela Complexo Morrinhos e/ou pelas SPEs Fiadoras, que importem em descumprimento à Legislação Socioambiental;
- (xxi)** suspensão ou intervenção na atividade objeto da Autorização da ANEEL, desde que tal suspensão ou intervenção não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertida em um prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contado da emissão da lei, decreto ou ato normativo de natureza similar da autoridade governamental competente declarando a suspensão ou intervenção;





- (xxii) caso qualquer uma das declarações e garantias prestadas pela Emissora, pela Atlantic, pela Complexo Morrinhos e/ou pelas SPEs Fiadoras não sejam, na data em que foram prestadas, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos;
- (xxiii) caso a relação de dívida bruta sobre capital próprio da Emissora ultrapasse o índice de 70/30, observado que, para fins deste item, o termo "dívida bruta" abrangerá apenas as obrigações de natureza financeira assumidas pela Emissora, excluindo (a) juros capitalizados; e (b) os valores existentes nas contas vinculadas de titularidade da companhia;
- (xxiv) caso esta Escritura de Emissão e/ou os Contratos de Garantia (conforme Contratos de Garantia que venham a ser celebrados), ou qualquer uma de suas disposições forem revogados, rescindidos, ineficazes ou inexecutáveis, ou tornarem-se nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor durante seu prazo de validade;
- (xxv) existência de questionamento administrativo e/ou judicial por quaisquer terceiros, de qualquer dispositivo desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer Contratos de Garantia, não sanado em até 30 (trinta) dias contados da data da ciência do procedimento;
- (xxvi) existência de questionamento administrativo e/ou judicial pela Emissora, pelas SPEs Fiadoras, pela Atlantic, pela Complexo Morrinhos de qualquer dispositivo desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer Contratos de Garantia;
- (xxvii) em caso de deterioração das Garantias (conforme Contratos de Garantia que venham a ser celebrados) e a Emissora, a Atlantic ou o Complexo Morrinhos não substituam ou reforcem as Garantias em termos e condições aceitáveis aos Debenturistas e realizem todos os atos necessários para sua formalização, em até 15 (quinze) Dias Úteis de notificação do Agente Fiduciário;
- (xxviii) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, de ordem fiscal, socioambiental ou defesa da concorrência, cujos efeitos não tenham sido suspensos por decisão liminar, sentença arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora;



(xxix) pagamento de dividendos, lucros ou juros sobre capital próprio pela Emissora em caso de inadimplemento da Emissora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;

(xxx) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições);

(xxxi) existência de questionamento administrativo e/ou judicial contra a Emissora, que possa resultar em efeito material adverso para as atividades da Emissora, o Projeto ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; e

(xxxii) não constituição e formalização das Garantias de acordo com os termos e prazos determinados nesta Escritura de Emissão e nos respectivos Contratos de Garantias.

**6.18.2** Os valores mencionados nos itens das Cláusulas 6.17 e 6.18.1 acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("Índice de Atualização"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**6.18.3** As referências a "controle" encontradas nos itens das Cláusulas 6.17 e 6.18.1 acima deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

**6.18.4** Observado o disposto na Cláusula 6.18.5 abaixo, e ressalvados os quóruns específicos previstos nesta Escritura de Emissão se, na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

**6.18.5** Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 6.18 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não



consiga honrar com as obrigações previstas nesta Cláusula, os Debenturistas poderão executar as Garantias (conforme Contratos de Garantia que venham a ser celebrados).

**6.19** Multa e Juros Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: **(i)** multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e **(ii)** juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").

**6.20** Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.19 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios previstos na Cláusula 6.19 acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

**6.21** Aditamento à Presente Escritura de Emissão. Ressalvado o disposto na Cláusula 6.21.1 abaixo, quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula 9 abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEPAR.

**6.21.1** A Emissora e o Agente Fiduciário poderão aditar esta Escritura de Emissão na hipótese de substituição do Índice de Atualização, sendo que os requisitos e disposições previstos nas Cláusulas 6.10.4 a 6.10.7 deverão ser estritamente observados.

**6.22** Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento através da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante.



**6.23** Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

**6.23.1** Para os fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no “Diário Oficial do Estado do Paraná” e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora, bem como na página da Atlantic na rede mundial de computadores – internet, no endereço <<http://www.atlanticenergias.com.br/>>, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização. A publicação de referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

**6.24** Aquisição Facultativa. Observado o disposto no artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures em Circulação: **(i)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou **(ii)** por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM vigentes à época.

**6.24.1** As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.



## 7 DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

**7.1** Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável e noutras disposições desta Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a:

- (i) disponibilizar ao Agente Fiduciário:
  - (a) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, que conterá declaração, assinada por representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - (b) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados;
  - (c) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado da data em que tomar ciência do respectivo descumprimento; e
  - (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM 28**");



- (ii)** manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, da implantação e/ou operação do Projeto, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em efeito material adverso, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, para as atividades da Emissora, o Projeto ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures ;
- (iii)** manter vigentes as apólices de seguros necessárias ao regular funcionamento da Emissora, conforme práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (iv)** cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (v)** notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas acima em até 1 (um) Dia Útil contados da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (vi)** notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) dia útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: **(a)** possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou **(b)** faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (vii)** prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);



- (viii)** informar, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de descumprimento da Legislação Socioambiental aplicável à Emissora e/ou ao Projeto, e/ou dano ambiental e/ou a instauração ou existência de inquéritos civil ou penal, assim como processos judiciais e/ou administrativos relativos a aspectos socioambientais da Emissora e/ou Projeto;
- (ix)** proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (x)** manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xi)** cumprir integralmente as Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo);
- (xii)** cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial ou cujo não pagamento não resulte em um efeito material adverso para a Emissora, segundo critério razoável adotado pelo titular desta Escritura de Emissão;
- (xiii)** submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xiv)** divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contado de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (xv)** divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da





Instrução CVM 358, dando ciência por *e-mail* ao Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis;

- (xvi) não distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, controladores (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (xvii) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após solicitação escrita nesse sentido feita pelo Agente Fiduciário;
- (xviii) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 1 (um) Dia Útil após o seu recebimento;
- (xix) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xx) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (xxi) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais e trabalhistas, relativas a saúde e segurança ocupacional, vigentes (**"Legislação Socioambiental"**), adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Fornecer, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis de sua solicitação ou em prazo inferior, caso se faça necessário para atender a demanda de autoridade competente, cópia de documentos



exigidos pela Legislação Socioambiental para regular implementação e operação do Projeto;

**(xxii)** observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

**(xxiii)** cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;

**(xxiv)** não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme a Cláusula 9 abaixo, especialmente convocada para esse fim;

**(xxv)** caso o Agente Fiduciário não o faça, convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;

**(xxvi)** não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

**(xxvii)** enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos itens (xi) e (xii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009;

**(xxviii)** comparecer às assembleias dos Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta cártula;

**(xxix)** contratar e manter contratados, às suas expensas, o Escriturados, a CETIP e o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção desta Escritura de Emissão;



**(xxx)** não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Bens Dados em Garantia, com exceção das garantias compartilhadas com o BNDES que serão constituídas no âmbito do Financiamento de Longo Prazo;

**(xxxi)** uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias da Emissão;

**(xxxii)** praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as obrigações garantidas, incluindo, mas não se limitando aos Bens Dados em Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as obrigações garantidas;

**(xxxiii)** aplicar os recursos nos termos da Cláusula 4, acima;

**(xxxiv)** caso devam ser celebrados, nos termos desta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia deverão ser levados a registro nos competentes cartórios conforme discriminados nos Contratos de Garantia nos prazos assinalados nos Contratos de Garantia; e

**(xxxv)** fornecer documentos comprobatórios do registro mencionado no item (xxii) acima ao Agente Fiduciário no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da assinatura dos Contratos de Garantia. As vias registradas dos Contratos de Garantia deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do último registro.

## **8 DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**8.1** A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

**8.2** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:



- (i)** aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii)** aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (iii)** está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv)** a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v)** não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi)** não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii)** está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (viii)** não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (ix)** está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (x)** verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações e documentos prestados pela Emissora;
- (xi)** verificou que na data de assinatura da presente Escritura as Garantias não estavam devidamente constituídas, não sendo, portanto, exequíveis. A devida constituição das Garantias se dará com o registro dos contratos nos competentes cartórios;



**(xii)** não recebeu laudos de avaliação para verificar a suficiência das Garantias;

**(xiii)** a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e

**(xiv)** para fins do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário informa que atua também como agente fiduciário nas seguintes emissões feitas por companhias também controladas pela Atlantic:

**(a)** 1ª (primeira) emissão de debêntures da Andorinha, com as seguintes características:

(I) valor da emissão: R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais);

(II) quantidade de debêntures emitidas: 4.600 (quatro mil e seiscentas);

(III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;

(IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;

(V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Andorinha, no valor total estimado de R\$97.549.895,15 (noventa e sete milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quinze centavos);

(VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Andorinha possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;

(VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Andorinha será



amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;

- (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Andorinha são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Andorinha;
- (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Andorinha não serão objeto de repactuação programada;
- (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

**(b) 2ª (segunda) emissão de debêntures da Andorinha, com as seguintes características:**

- (I) valor da emissão: R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (II) quantidade de debêntures emitidas: 3.000 (três mil);
- (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
- (IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;
- (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Andorinha, no valor total estimado de R\$53.016.247,50 (cinquenta e três milhões, dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos);
- (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Andorinha possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;



- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Andorinha será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
  - (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Andorinha são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Andorinha;
  - (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Andorinha não serão objeto de repactuação programada;
  - (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.
- (c) 1ª (primeira) emissão de debêntures da Campo Formoso I, com as seguintes características:
- (I) valor da emissão: R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais);
  - (II) quantidade de debêntures emitidas: 1.800 (um mil e oitocentas);
  - (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
  - (IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;
  - (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Campo Formoso I, no valor total estimado de R\$84.125.051,76 (oitenta e quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, cinquenta e um reais e setenta e seis centavos);
  - (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Campo Formoso I possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;





- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Campo Formoso I será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
  - (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Campo Formoso I são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Campo Formoso I;
  - (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Campo Formoso I não serão objeto de repactuação programada;
  - (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.
- (d)** 1ª (primeira) emissão de debêntures da Campo Formoso II, com as seguintes características:
- (I) valor da emissão: R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
  - (II) quantidade de debêntures emitidas: 5.000 (cinco mil);
  - (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
  - (IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;
  - (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Campo Formoso II, no valor total estimado de R\$106.032.500,00 (cento e seis milhões, trinta e dois mil e quinhentos reais);
  - (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Campo Formoso I possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;



- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Campo Formoso II será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
  - (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Campo Formoso II são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Campo Formoso II;
  - (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Campo Formoso II não serão objeto de repactuação programada;
  - (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.
- (e) 1ª (primeira) emissão de notas promissórias, em série única da Campo Formoso II, com as seguintes características:
- (I) valor da emissão: R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
  - (II) quantidade de notas promissórias emitidas: 1 (uma);
  - (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
  - (IV) data de vencimento da nota promissória: 21 de novembro de 2015;
  - (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Campo Formoso II, no valor total estimado de R\$53.016.247,50 (cinquenta e três milhões, dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos);



(VI) eventos de resgate: a emissão de notas promissórias feita pela Campo Formoso II possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;

(VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das notas promissórias emitidas pela Campo Formoso II será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas notas promissórias;

(VIII) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

**(f)** 2ª (segunda) emissão de debêntures da Campo Formoso II, com as seguintes características:

(I) valor da emissão: R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

(II) quantidade de debêntures emitidas: 1.500 (mil e quinhentas);

(III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;

(IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;

(V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Campo Formoso II, no valor total estimado de R\$53.016.247,50 (cinquenta e três milhões, dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos);

(VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Campo Formoso II possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;

(VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Campo Formoso II



será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;

- (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Campo Formoso II são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Campo Formoso II;
- (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Campo Formoso II não serão objeto de repactuação programada;
- (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

**(g) 1ª (primeira) emissão de debêntures da Morrinhos, com as seguintes características:**

- (I) valor da emissão: R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais);
- (II) quantidade de debêntures emitidas: 1.800 (um mil e oitocentas);
- (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
- (IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;
- (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Morrinhos, no valor total estimado de R\$92.143.094,86 (noventa e dois milhões, cento e quarenta e três mil, noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos);
- (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Morrinhos possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;



(VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Morrinhos será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;

(VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Morrinhos são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Morrinhos;

(IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Morrinhos não serão objeto de repactuação programada;

(X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

**(h)** 2ª (segunda) emissão de debêntures da Morrinhos, com as seguintes características:

(I) valor da emissão: R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(II) quantidade de debêntures emitidas: 3.000 (três mil);

(III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;

(IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;

(V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Morrinhos, no valor total estimado de R\$53.016.247,50 (cinquenta e três milhões, dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos);

(VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Morrinhos possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;



- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Morrinhos será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
  - (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Morrinhos são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Morrinhos;
  - (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Morrinhos não serão objeto de repactuação programada;
  - (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.
- (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures da Sertão, com as seguintes características:
- (I) valor da emissão: R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais);
  - (II) quantidade de debêntures emitidas: 1.800 (um mil e oitocentas);
  - (III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
  - (IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;
  - (V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Sertão, no valor total estimado de R\$56.297.228,94 (cinquenta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos);
  - (VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Sertão possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;



(VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Sertão será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;

(VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Sertão são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Sertão;

(IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Sertão não serão objeto de repactuação programada;

(X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

**(j)** 1ª (primeira) emissão de debêntures da Ventos dos Guarás, com as seguintes características:

(I) valor da emissão: R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);

(II) quantidade de debêntures emitidas: 2.500 (duas mil e quinhentas);

(III) espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;

(IV) data de vencimento das debêntures: 21 de novembro de 2015;

(V) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: foram ofertados bens em garantia pelos mesmos garantidores desta Emissão e pela própria Sertão, no valor total estimado de R\$56.297.228,94 (cinquenta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos);

(VI) eventos de resgate: a emissão de debêntures feita pela Ventos dos Guarás possui os mesmos eventos de resgate desta Emissão;





- (VII) eventos de amortização: o valor nominal unitário das debêntures emitidas pela Ventos dos Guarás será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento de referidas debêntures;
- (VIII) eventos de conversão: as debêntures emitidas pela Ventos dos Guarás são simples e, portanto, não são conversíveis em ações de emissão da Ventos dos Guarás;
- (IX) eventos de repactuação: as debêntures emitidas pela Ventos dos Guarás não serão objeto de repactuação programada;
- (X) eventos de inadimplemento desde a emissão: não há.

**8.3** O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Obrigações Garantidas ou até sua efetiva substituição. Neste último caso, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio da celebração do respectivo aditamento à presente Escritura de Emissão.

**8.4** Não serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura.

**8.5** No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas ao Agente Fiduciário pela Emissora, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à **(i)** execução das garantias, **(ii)** comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e **(iii)** implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora.

**8.5.1** Nos termos da Cláusula 8.5 acima, entende-se por reestruturação das condições das Debêntures os eventos relacionados a alteração **(i)** das garantias, **(ii)** dos prazos de pagamento; e **(iii)** das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à



amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

- 8.6** No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário pela Emissora, adicionalmente, o valor de R\$500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.
- 8.7** Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas nas datas de pagamento, bem como as parcelas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da data de emissão.
- 8.8** As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessários ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das debêntures. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.
- 8.9** No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
- 8.10** Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.



**8.10.1** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo Índice de Atualização, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

**8.10.2** O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

**8.10.3** As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iv) locomoções entre Estados da Federação com as respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (vi) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

**8.10.4** As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser incluídas à dívida da Emissora em decorrência desta Escritura de Emissão e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento desta dívida.



**8.11** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i)** proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (ii)** renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii)** conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv)** verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v)** promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro **(a)** desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEPAR e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro e da sede das Fiadoras; e **(b)** das Garantias nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes;
- (vi)** acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii)** emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii)** solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (ix)** solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x)** convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme Cláusula 0 acima;
- (xi)** comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii)** elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo, sendo que para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
  - (a)** eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b)** alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c)** comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (d)** posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (e)** cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todas as disposições e obrigações nos Contratos de Garantia;
  - (f)** declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (g)** amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (h)** acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
  - (i)** existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28;
- (xiii)** disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a)** na sede da Emissora;
  - (b)** na sede do Agente Fiduciário;
  - (c)** na CVM;
  - (d)** na CETIP; e
  - (e)** na sede do Coordenador Líder.
- (xiv)** publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;



- (xv)** manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvi)** fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora, bem como todas as disposições e obrigações relacionadas aos Contratos de Garantia;
- (xvii)** notificar os Debenturistas, se possível, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 0 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contado da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (xviii)** disponibilizar o preço unitário a ser calculado pela Emissora e validado pelo Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou do sítio virtual <www.oliveiratrust.com.br>;
- (xix)** acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xx)** verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xxi)** acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia; e



**(xxii)** acompanhar com o Banco Liquidante na Data de Vencimento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

**8.12** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i)** declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii)** convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que seja deliberado a forma de excussão das Garantias descritas na Cláusula 6.14 acima, conforme em vigor, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (iii)** requerer a falência, ou conforme o caso a insolvência, da Emissora;
- (iv)** tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v)** representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção, liquidação ou insolvência da Emissora.

**8.12.1** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto no item (v) acima.

**8.12.2** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito



cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora, inclusive quanto aos Investimentos Permitidos descritos no Contrato de Cessão Fiduciária da Atlantic e no Contrato de Cessão Fiduciária da Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, e da presente Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou da presente Escritura de Emissão.

**8.12.3** Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

**8.12.4** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento ou nos Contratos de Garantia, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

**8.13** Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, conforme definido na Cláusula 9 abaixo, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.



**8.13.1** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

**8.13.2** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**8.13.3** Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

**8.13.4** Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

**8.13.5** A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 6.21 acima.

**8.13.6** O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 0 acima.

**8.13.7** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## **9 DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**9.1** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



- 9.2** A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
- 9.3** A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme Cláusula 0 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4** Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 9.5** A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contado da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contado da nova publicação do edital de convocação.
- 9.6** A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.6.1** Independentemente das formalidades previstas na Cláusula 9.6 acima, será considerada regular a assembleia-geral a que comparecerem todos os Debenturistas.
- 9.7** Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 9.8** Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula 9, serão consideradas "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.



- 9.9** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.
- 9.10** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.11** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.12** Exceto se de outra forma estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria das Debêntures em Circulação.
- 9.13** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar: **(i)** a Remuneração das Debêntures; **(ii)** as Datas de Pagamento da Remuneração; **(iii)** o prazo de vencimento das Debêntures; **(iv)** os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; **(v)** as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas na Cláusula 6.17 acima (incluindo alterações, inclusões ou exclusões nas Hipóteses de Vencimento Antecipado); **(vi)** os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Escritura; **(vii)** as Garantias, observadas, porém, as disposições constantes dos respectivos instrumentos constitutivos dessas garantias; e/ou **(viii)** os procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidas nesta Cláusula 9, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.14** As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.15** Independentemente das formalidades previstas na legislação ou nesta Cláusula 9, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.



## 10 DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

### 10.1 A Emissora, neste ato declara e garante que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à celebração dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic e respectivas controladas foram devidamente constituídas e são sociedades existentes de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para desenvolver seus respectivos objetos sociais;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) tem todas as autorizações e licenças necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (vi) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringirão ou contrairão: (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou



(3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;  
(b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou  
(c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (vii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor e manter os Debenturistas indenizados de qualquer prejuízo decorrente de eventuais descumprimentos da Legislação Socioambiental;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;
- (ix) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (x) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;





- (xi)** todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, verdadeiras, completas e suficientes, na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xii)** todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam dos Contratos de Garantia são verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos;
- (xiii)** nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: **(a)** a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE da Emissora na JUCEPAR; e **(b)** o registro das Debêntures na CETIP;
- (xiv)** esta Escritura de Emissão constitui, e os Contratos de Garantia, uma vez celebrados constituirão, obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil;
- (xv)** possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia e possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias;
- (xvi)** tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xvii)** a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos,



exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão e neste Contrato;

**(xviii)** mantém os seus bens considerados relevantes, e de suas controladas, adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado; e

**(xix)** toda a subscrição e integralização de capital social exigido pelos credores do Financiamento de Longo Prazo já foi realizado pela Complexo Morrinhos, Emissora e SPEs Fiadoras, conforme aplicável.

**10.2** A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **11 DAS DECLARAÇÕES DAS FIADORAS GRUPO ATLANTIC**

**11.1** Declarações conjuntas das Fiadoras Grupo Atlantic. Cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic, neste ato declara e garante, solidariamente, que:

- (i)** é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii)** está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à celebração do Contrato de Suporte de Acionistas e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii)** os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários,



tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (iv)** tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (v)** a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, não infringem ou contrariam: **(a)** qualquer contrato ou documento no qual a Fiadora Grupo Atlantic seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em **(1)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; **(2)** criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora Grupo Atlantic, ou **(3)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; **(b)** qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiadora Grupo Atlantic ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou **(c)** qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Fiadora Grupo Atlantic ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi)** as demonstrações financeiras da Fiadora Grupo Atlantic relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Fiadora Grupo Atlantic no período;
- (vii)** tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (viii)** não há qualquer ligação entre as Fiadoras Grupo Atlantic e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (ix)** todas as informações prestadas pelas Fiadoras Grupo Atlantic no âmbito da presente Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os



seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

- (x) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Fiadora Grupo Atlantic de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: **(a)** a inscrição das Atas das Fiadoras Grupo Atlantic na JUCEPAR; e **(b)** o registro desta Escritura de Emissão nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos; e
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante das Fiadoras Grupo Atlantic, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

**11.1.1 Declarações Específicas da Atlantic.** A Atlantic, neste ato declara e garante que:

- (i) todas as declarações e garantias relacionadas à Atlantic que constam do Contrato de Suporte de Acionistas são verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos;
- (ii) o Contrato de Suporte de Acionistas, uma vez celebrado, constituirá obrigações legais, válidas e vinculantes da Atlantic, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil; e
- (iii) possui, nesta data, e possuirá, na data em que o Contrato de Suporte de Acionistas for celebrado, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar tal contrato.

**11.2** Cada uma das Fiadoras Grupo Atlantic se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das



declarações prestadas pelas Fiadoras Grupo Atlantic na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 12 DAS DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS ATLANTIC

**12.1** Declarações conjuntas dos Acionistas Atlantic. Cada um dos Acionistas Atlantic, neste ato declara e garante, solidariamente, que:

- (i) O FIP Actis é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado nos termos da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 391**"), e está devidamente autorizado a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) a Pattac é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (iii) a Servinoga é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de *sociedad limitada*, de acordo com as leis da Espanha e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (iv) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (v) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (vi) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas, não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento no qual os Acionistas Atlantic sejam parte, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de



qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Acionistas Atlantic, com exceção das Garantias, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Acionistas Atlantic ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento;

- (vii) as demonstrações financeiras da Pattac relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Pattac no período;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) não há qualquer ligação entre os Acionistas Atlantic e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (x) todas as informações prestadas pelos Acionistas Atlantic no âmbito da presente Oferta, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, completas, verdadeiras e suficientes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xi) todas as declarações e garantias relacionadas aos Acionistas Atlantic que constam do Contrato de Suporte de Acionistas são verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos;
- (xii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pelos Acionistas Atlantic de suas obrigações nos



termos desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Suporte de Acionistas;

- (xiii) esta Escritura de Emissão constitui e o Contrato de Suporte de Acionistas, uma vez celebrado, constituirá, obrigação legal, válida e vinculante dos Acionistas Atlantic, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil;
- (xiv) possui, nesta data, e possuirá, na data em que o Contrato de Suporte de Acionistas for celebrado, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar tal contrato; e
- (xv) toda a subscrição e integralização de capital social exigido pelos credores do Financiamento de Longo Prazo já foi realizado pela Complexo Morrinhos, Emissora e SPEs Fiadoras, conforme aplicável.

**12.2** Os Acionistas Atlantic se comprometem a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pelos Acionistas Atlantic na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

### **13 DAS NOTIFICAÇÕES**

**13.1** Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) Se para a Emissora:

**Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjuntos 53 e 54

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e

thiago.marder@atlanticenergias.com.br





**(ii)** Se para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust DTVM S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205

Condomínio Downtown

22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Antonio Amaro e Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Correio Eletrônico: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br /  
ger2.agente@oliveiratrust.com.br

**(iii)** Se para as Fiadoras Grupo Atlantic:

**Atlantic Energias Renováveis S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555

Conjunto 161, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80.430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e  
thiago.marder@atlanticenergias.com.br

**Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555

Conjunto 161, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80.430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e  
thiago.marder@atlanticenergias.com.br

**Andorinha Energias Renováveis S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjuntos 53 e 54

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e  
thiago.marder@atlanticenergias.com.br



**Campo Formoso II Energias Renováveis S.A**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjunto 161, 16º andar

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

**Morrinhos Energias Renováveis S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjuntos 53 e 54

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

**Sertão Energias Renováveis S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjuntos 53 e 54

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br

**Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjuntos 53 e 54

Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Marcelo Leite Marder e Sr. Thiago Correa Marder

Telefone: (41) 3079-7100

Correio Eletrônico: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br e thiago.marder@atlanticenergias.com.br



(iv) Se para o FIP Actis:

**Actis Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2601

8º andar, conjunto 84, Jardim Paulistano, CEP 01452-924

São Paulo – SP

At.: Sr. Sergio Guimarães de Mello Brandão e Sr. Bruno Marques de Moraes

Telefone: (11) 3844 6300

Correio Eletrônico: sbrandao@act.is e bmoraes@act.is

(v) Se para a Pattac:

**Pattac Empreendimentos e Participações S.A.**

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555

Conjunto 231, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim

Centro, CEP 80.430-180

Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

At.: Sr. Mauro Fontoura Marder e Sr. Marcelo Leite Marder

Telefone: (41) 3158-9800

Correio Eletrônico: mauro@redram.com.br e

marcelo.marder@atlanticenergias.com.br

(vi) Se para a Servinoga:

**Servinoga S.L.**

Avenida de Orense, 1-B

Marín (Pontevedra), Espanha

At.: Sr. Ceferino Nogueira García e Sr. Víctor Nogueira García

Telefone: +34 986880600

Email: victor.nogueira@nogar.es

**13.2** A Emissora, os Acionistas Atlantic e as Fiadoras, neste ato e de forma irrevogável e irretroatável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores durante o prazo de vigência da presente Escritura de Emissão, com poderes para receber citações, notificações e intimações, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.



**13.3** As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

## **14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 14.2** A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 14.3** Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.
- 14.4** Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 14.5** A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 e seguintes, do Código de Processo Civil, sem



que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

- 14.6** Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## **15 LEI APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS**

- 15.1** Esta Escritura de Emissão será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

- 15.2** Sem prejuízo de execução das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados a esta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão, interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos ("**Controvérsia**") não solucionadas de comum acordo entre as Partes dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contado de uma notificação por outra Parte sobre o conflito, serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvidas por meio de arbitragem ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("**Regulamento**" e "**Câmara**"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("**Tribunal Arbitral**").

- 15.2.1** Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nesta Escritura de Emissão, que serão substituídos pela arbitragem.

- 15.2.2** Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os dois árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro nos termos do Regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pela Câmara.

- 15.2.3** Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais Partes que não possam ser reunidas em blocos de Requerentes e Requeridas, todas as Partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas Partes de notificação da Câmara nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes



dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as Partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

- 15.3** A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: **(i)** lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; **(ii)** como idioma oficial o Português; e **(iii)** como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura de Emissão e, na omissão, o disposto na legislação brasileira, vedado o julgamento por equidade. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura de Emissão.
- 15.4** A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento e a arbitragem será sigilosa.
- 15.5** A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.
- 15.6** A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as Partes, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 15.7** As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.
- 15.8** As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 15 deverão ser arcadas pela Parte que for vencida no

procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela Parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam esta Escritura de Emissão em 12 (doze) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas ao final assinadas e qualificadas.

São Paulo, 16 de novembro de 2015

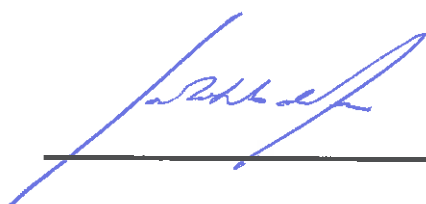
*[restante da página intencionalmente deixado em branco]*



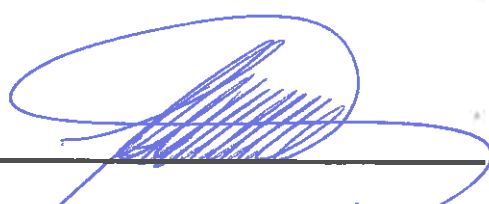


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 1/13.*

**CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: José Roberto de Moraes  
Cargo: CPF/MF 007.481.418-47



Nome: Thiago Correa Marder  
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64



*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.*  
Página 2/13.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



Nome:

Cargo:

**Sonia Regina Menezes**  
Procuradora



Nome:

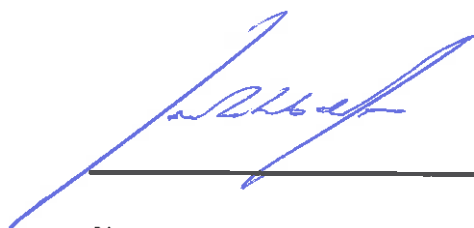
Cargo:

**Leonardo Caires P. Moreira**  
Procurador

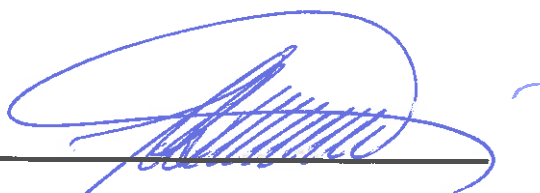


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Andorinha Energias Renováveis S.A. – Página 3/13.*

**ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: José Roberto de Moraes  
Cargo: CPF/MF 007.481.418-47

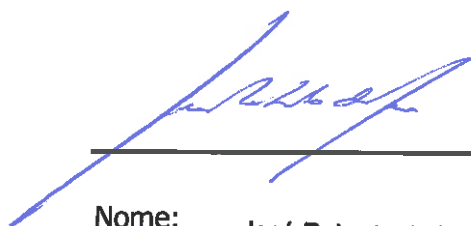


Nome: Thiago Correa Marder  
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64



*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 4/13.*

**COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: José Roberto de Moraes  
Cargo: CPF/MF 007.481.418-47

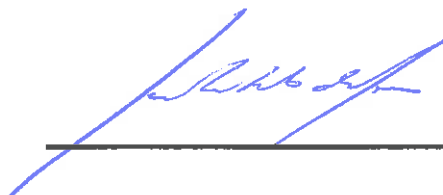


Nome: Thiago Correa Marder  
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64

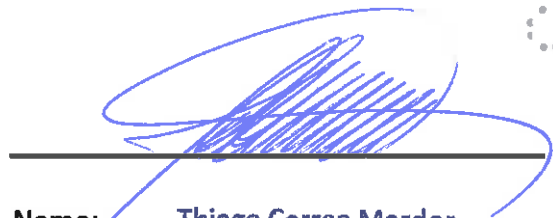


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 5/13.*

**ANDORINHA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: José Roberto de Moraes  
Cargo: CPF/MF 007.481.418-47

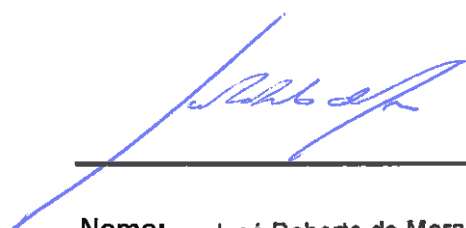


Nome: Thiago Correa Marder  
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64

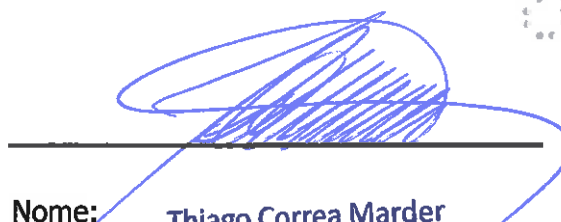


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 6/13.*

**CAMPO FORMOSO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: José Roberto de Moraes  
CPF/MF 007.481.418-47



Nome: Thiago Correa Marder  
CPF/MF 034.048.069-64

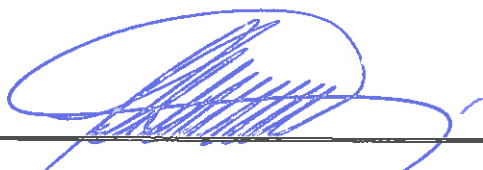


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 7/13.*

**MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: José Roberto de Moraes  
Cargo: CPF/MF 007.481.418-47



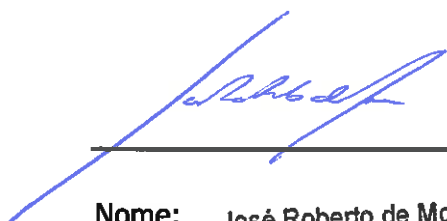
Nome: Thiago Correa Marder  
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64



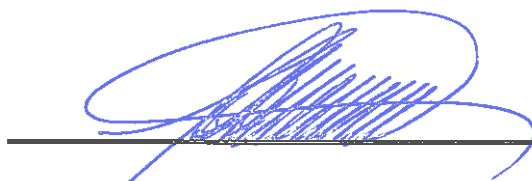


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 8/13.*

**SERTÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**



Nome: José Roberto de Moraes  
CPF/MF 007.481.418-47



Nome: Thiago Correa Marder  
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64



*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 9/13.*

**VENTOS DOS GUARÁS I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo: José Roberto de Moraes  
CPF/MF 007.481.418-47

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Thiago Correa Marder  
Cargo: CPF/MF 034.048.069-64

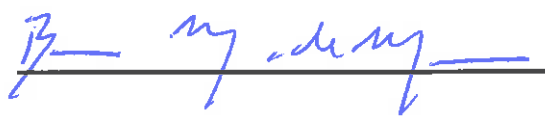


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 10/13.*

**ACTIS BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**



Nome: Sergio G de Mello Brandão  
CPF/MF 089.623.928-44  
Cargo:



Nome: Bruno Marques de Moraes  
CPF/MF 372.415.078-43  
Cargo:



*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 11/13.*

**PATTAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**



Nome: Mauro Fontoura Marder  
Cargo: CPF/MF 354.711.749-68

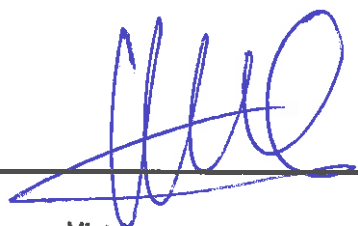


Nome: Marcelo Leite Marder  
Cargo: CPF/MF 021.562.599-41

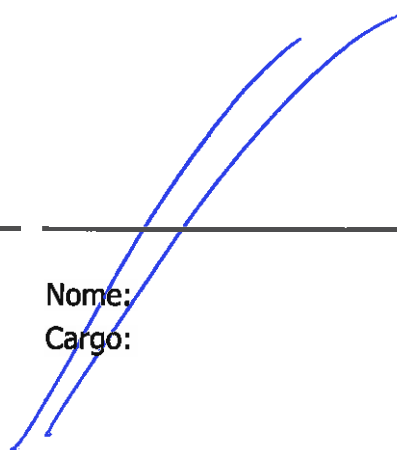


*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. - Página 12/13.*

**SERVINOGA S.L.**



Nome: Victor Nogueira Garcia  
Cargo: CPF 235.989.098-02

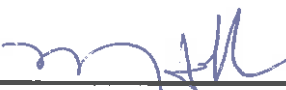



Nome:  
Cargo:



*Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. – Página 13/13.*

**TESTEMUNHAS**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **MARIA R. SOFFA**  
CPF: **RG 3.556.486-1 PR**  
R.G.: **CPF 488106579-34**  
**OAB/PR 48.629**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Henrique B. Cordelro**  
CPF: **OAB/PR 48.470**  
R.G.:



## ANEXO I

### MODELO DE PROCURAÇÃO

**CAMPO FORMOSO II ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A**, neste ato denominada Emissora, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, 16º andar, Bairro Centro, Município de Curitiba – PR, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.613.629/0001-00, por seus representantes abaixo assinados, por seus representantes abaixo assinados; **ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A**, neste ato denominada ATLANTIC, sociedade anônima com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, Bairro Centro, Município de Curitiba – PR, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.489.312/0001-27 ("**Atlantic**"), por seus representantes abaixo assinados; **COMPLEXO MORRINHOS ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A**, sociedade anônima com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 161, Bairro Centro, Município de Curitiba – PR, CEP 80430-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.829.557/0001-47, por seus representantes abaixo assinados; e **CONSÓRCIO MORRINHOS**, consórcio privado, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, n.º 555, conjuntos 53 e 54, Centro, CEP 80.430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.583.871/0001-52, neste ato representado pela Atlantic nos termos de seus atos constitutivos. (em conjunto denominadas "**Outorgantes**") nomeiam e constituem, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, CEP 22640-100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE n.º 332.021.971.98, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Outorgada**" ou "**Agente Fiduciário**"), na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas, como sua bastante procuradora, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única da Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. ("**Escritura de Emissão**"), celebrado entre Outorgantes e Outorgada em 16 de novembro de 2015, com poderes específicos para, em nome das Outorgantes:

- (i) praticar qualquer ato que seja necessário para constituir, reconstituir, conservar, formalizar ou validar as Garantias previstas na Escritura, bem como outorgar ao Agente Fiduciário as procurações previstas nos termos dos Contratos de Garantia, exclusivamente caso os Outorgantes não o façam nos termos e condições previstas na Escritura, incluindo, mas não se limitando a, celebrar novamente e/ou aditar, conforme aplicável, todos e quaisquer Contratos de Garantia que tenham sido objeto de liberação pelos



Debenturistas, bem como registrar os respectivos instrumentos e respectivos aditamentos perante os competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das circunscrições das sedes de todas as partes signatárias de tais instrumentos, bem como perante outros órgãos de registro, públicos ou privados, conforme aplicável;

- (ii) sujeito às leis aplicáveis, representar as Outorgantes perante quaisquer terceiros, incluindo mas não se limitando a quaisquer órgãos governamentais ou autoridades federais, estaduais e municipais, inclusive Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, instituições bancárias, Secretaria da Receita Federal do Brasil e todas as respectivas seções, departamentos e subdivisões dos mesmos, limitado expressamente à consecução dos direitos e obrigações conforme previstos na Escritura e Contratos de Garantia, exclusivamente com o objetivo de reconstituir as Garantias em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura.

Esta procuração poderá ser substabelecida a qualquer tempo pela Outorgada, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes.

Esta procuração é irrevogável, irretratável, válida e efetiva, conforme previsto no artigo 684 e seguintes do Código Civil, pelo prazo determinado de até que as Obrigações Garantidas definidas nos Contratos de Garantia tenham sido integralmente cumpridas ou tenha sido realizada a primeira utilização de crédito do Contrato de Financiamento com o BNDES, o qual ocorrer primeiro.

A presente procuração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

[cidade], [data].

